



RELATÓRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL DA CNASI-AN – 28 e 29/03/2019

PAUTA:

- 1 – Prestação de Contas da CNASI-AN;
- 2 – Informes;
- 3 – Conjuntura Nacional, do INCRA e do Serviço Público;
- 4 – Reestruturação de Carreiras, Plano de Lutas e Mobilizações;
- 5 – Reestruturação do INCRA;
- 6 – Encaminhamentos

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CNASI-AN

Foi encaminhada a documentação da prestação de contas que já havia sido aprovada na última Assembleia da CNASI-AN, realizada em novembro de 2018. Segundo informe da Diretoria Nacional da CNASI-AN, as ressalvas foram todas sanadas, de acordo com a documentação contábil. A referida documentação foi encaminhada ao Conselho Fiscal para análise e conferência.

INFORMES

- As superintendências regionais do Pará/Belém e do Médio São Francisco elaboraram documento que já foi entregue pela CNASI-AN, por meio de protocolo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) à Presidência do INCRA, a respeito de definição de ter apenas “uma superintendência por unidade da federação”, apontado no item ‘d’, do artigo 3º, da Portaria Conjunta MAPA / INCRA nº 1, de 21 de fevereiro de 2019, bem como de declarações de integrantes do governo na imprensa sobre um possível fechamento das SRs;

- Paraíba: continua com o prédio de sua sede regional, na capital João Pessoa, sob interdição da Secretaria do Trabalho. A CNASI-AN encaminhou, por meio de protocolo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) à Presidência do INCRA, um ofício elaborado pelas entidades representativas dos trabalhadores daquela Superintendência Regional, no qual solicitam que a direção nacional da autarquia intervenha no Estado para resolução da situação de precarização das condições de trabalho, além das questões referentes ao assédio moral aos servidores em virtude da situação.

- Maranhão: a Superintendência Regional do INCRA no Estado está em processo de mudança para uma nova sede, cujo aluguel é exorbitante, sendo que os recursos aplicados na locação durante um ano seria o suficiente para reformar a sede própria. A recomendação é acionar os órgãos de controle.

- Bahia: relato de inoperância da gestão da Superintendência Regional do INCRA no Estado, com ações da autarquia paralisadas há meses. Gestão sem diálogo com os trabalhadores. Necessidade de reestruturar política e financeiramente a organização regional dos servidores, bem como combater o assédio moral no INCRA. Defendeu campanha nacional de adesão efetiva das associações locais à CNASI-AN, visando filiar 30 por cento dos servidores neste ano de 2019. Propôs que as associações filiem trabalhadores terceirizados e os colaboradores do INCRA por todo o país;



- Pará/Belém: Informou que a Diretoria da ASSINCRA/PA foi eleita recentemente. Defendeu foco na mobilização coletiva dos trabalhadores por condições de trabalho e contra a retirada de direitos;

- Rondônia: em abril será realizada uma atividade para sistematizar sugestões para reestruturação do INCRA, baseada no acúmulo histórico dos servidores, incorporando até mesmo as questões físicas e estruturais. Solicita a participação da CNASI-AN no evento, o que foi prontamente aprovado;

- Brasília/Sede/ASSERA-BR: foi dado o informe da agenda/reunião que a entidade teve com a Presidência do INCRA sobre reestruturação da autarquia e de carreiras. Até o momento, só promessas, nada de concreto. Informou-se ainda que houve também reunião da Presidência do INCRA com os vários setores/diretorias do órgão na Sede nacional, em Brasília. Nestas reuniões, os servidores explicitaram todos os problemas legais e operacionais para encaminhar a ação de titulação. Foi informado também que em outras reuniões já realizadas, o “tom” e postura do Presidente, João Carlos Jesus Corrêa, é de cortesia e habilidade, ouve todo mundo, mas deixa claro que a decisão cabe a ele, que planejamento agora será de “cima para baixo” e não mais “democrático”. Foi citado que Jesus Corrêa é muito cortês, educado e hábil em falar o que os servidores “iludidos” querem ouvir.

Em relação aos servidores da ex-SEAD: o remanejamento para o Ministério da Agricultura (MAPA) foi brusco e impositivo. Os servidores remanejados não sabem o que fazer, há uma desorganização geral. Para piorar, ainda estão sendo hostilizados pelos agrônomos do MAPA que alegam que eles não têm atribuição para executar as ações no órgão, pois não são da mesma carreira. Além disso, já estão submetidos ao controle de frequência, por meio de ponto eletrônico.

Servidores do Terra Legal também estão em situação ruim, pois são malvistas pelos colegas do INCRA - sendo apontada a necessidade de trabalhar essa questão e desfazer este tipo de situação, afinal estão todos submetidos à mesma gestão e ataques. Grupo de servidores tem avaliado a questão da aposentadoria.

Em relação às falhas na progressão funcional dos trabalhadores do INCRA, alguns servidores em Santa Catarina já possuem decisões judiciais favoráveis com reposicionamento na carreira e deferimento do pagamento dos valores retroativos, corrigidos. Foi colocada a questão de levantar a documentação pertinente e provocar administrativamente o INCRA, uma vez que pela via judicial é mais custoso e demorado.

Informe sobre articulação com o pessoal da Indigenistas Associados (INA) na campanha contra a divisão da FUNAI. A Frente Parlamentar criada no ano passado com objetivo de defender a FUNAI dissolveu-se em face da renovação de mandatos. Foi feito contato com alguns parlamentares na tentativa de seguir com esta tarefa de garantir apoio no Congresso para a pauta da reestruturação. Dificuldade diante de conjuntura política, governo com articulação ruim. O foco do Congresso Nacional é aprovação da Reforma da Previdência, levando a prejuízos em outras pautas.

- Santa Catarina: atividades no local de trabalho regulares nas últimas gestões. Atividades intensas de mobilização, educação e enfrentamento contra todos os tipos de assédio a todos os trabalhadora(s) da SR. A atual gestão da ASSINCRA/SC encerrou mandato em 31 de



dezembro de 2018. Como não houve nova chapa inscrita no processo eleitoral, os trabalhadores resolveram deliberar pela desfiliação da ASSINCRA/SC da CNASI-AN e criação de uma Seção Associativa da CNASI-AN (menos burocratizada). Regimento sucinto já foi aprovado e no dia 3 de abril de 2019 haverá eleição da coordenação de base. Os documentos para criação da Seção podem ser socializados com associações de outros estados que tenham interesse em se reorganizar desta forma. Houve uma boa atividade de mobilização no dia 8 de março sobre a Reforma da Previdência e com a fixação de cartazes e murais contra o assédio moral, sendo que ocorreu participação de servidores e terceirizadas. Colegas da antiga SEAD estão tranquilos no MAPA, embora estejam “estranhando” o ponto eletrônico.

- Paraná: ASSINCRA/PR tem boa estrutura financeira, mas a mobilização tem sido mais difícil. Servidores mais novos não querem se associar. Possuem uma sede social, que estão alugando para eventos, devido ao pouco uso dos servidores associados. A atual diretoria tem mantido o esforço de mobilizar, reunir, afim de sensibilizar os servidores para a atual conjuntura de ataques.

- São Paulo: faltou recursos para implantação do ponto eletrônico na SR. A transferência de servidores para o MAPA regionalmente foi tranquila, inclusive alguns estão em melhores condições, incluindo estruturais de trabalho. A ASSINCRA/SP tem seguido os calendários de luta unitários mantendo regularidade de reunião e regularização. Dificuldade financeira se avizinha, pois não conseguiram reverter no Judiciário a proibição de desconto em folha das contribuições. Necessidade de preocupação com a segurança e fake news, diante do episódio que ocorreu no ano passado no qual utilizaram a logomarca da entidade para disseminar mensagens de campanha eleitoral a favor do atual presidente da República.

- Rio de Janeiro: ASSINCRA/Rio funciona e mantém regularidade de reunião e mobilização. Questão sindical ainda não resolvida. Trabalhadores do INCRA desfiliaados do Sindicato de Servidores Federais do Rio de Janeiro, pois estão discordando em tudo que faz o sindicato, que não se faz presente e atende a interesses que não são os da categoria. Trazem a questão da CNASI-AN se transformar num Sindicato Nacional de Servidores.

- Brasília / DF Entorno: Servidores desmobilizados, Superintendência Regional para o DF e Entorno de Brasília com as atividades praticamente paralisadas. Isso se reflete na atividades de organização dos servidores. Necessidade de mobilização da categoria na SR-28/DF e Entorno, pois ela também pode ser fechada, segundo proposta de reestruturação do INCRA.

- Decreto n.º 9.789/2019: Publicação traz a implantação de todo o arcabouço de princípios da Reforma do Aparelho do Estado de Bresser Pereira. Ele restringe e dificulta concursos, além de autorizar contratação de pessoal por tempo determinado. Foi apontado que há a necessidade de analisar com mais atenção este Decreto.

- Reunião INA: No dia 29 de março de 2019, pela manhã, integrantes da CNASI-AN se reuniram com companheiros da Indigenistas Associados (INA) – uma das entidades que representa os servidores da FUNAI. A pauta foi o fatiamento da FUNAI, especificamente o envio das atribuições de demarcação de terras e licenciamento indigenistas para o MAPA, muito provavelmente para o INCRA. Foi abordado o tema do envio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) também para o MAPA e as necessidades conjuntas, a exemplo a campanha contra a reforma da Previdência. Foi decidido convidar a ASCEMA – entidade nacional que representa servidores do segmento ambiental, como Ibama e ICMBio -, para elaboração de um



documento contra o fatiamento dos órgãos e a retomada das atividades. Além disso, que todos iniciem campanha contra a reforma da Previdência.

CONJUNTURA NACIONAL, DO INCRA E DO SERVIÇO PÚBLICO

– Conjuntura difícil (crise econômica, ataques aos direitos e aos servidores públicos), INCRA em processo de “reestruturação” para pior. Necessidade de mobilização urgente. Enxugamento de ações e recursos. Assédio Moral. Péssimas condições de trabalho (exemplo mais dramático é da Paraíba). Possibilidade de extinção de superintendências regionais. Dificuldade de mobilizar nos locais de trabalho, porém alguns estados permanecem com atividades de mobilização regular. Foco na mobilização para barrar a Reforma da Previdência, em unidade com as demais categorias do Serviço Público (a exemplo da articulação com FUNAI/IBAMA) e demais categorias de trabalhadores da iniciativa privada. Necessidade de participação nos atos unitários. Necessidade de deixar o “clima de eleição” de 2018 de lado e unificar TODOS OS SERVIDORES CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

– Ponto Eletrônico precisa de regulamentação. Solidariedade à luta dos colegas da FUNAI (“FUNAI INTEIRA, NÃO PELA METADE”) em face do remanejamento da atividade de demarcação de terras indígenas para o INCRA, que atualmente está sub judice. Não participar do GT implantado para reestruturar o INCRA, pois o “projeto já está pronto”. Pedir para participar é legitimar um ataque contra os servidores e as políticas públicas que já estão paralisadas.

REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS, PLANOS DE LUTAS E MOBILIZAÇÕES

– Ficar atento, pois Governo já anunciou necessidade de reestruturar carreiras, obviamente que para pior (alongando, inclusive, os níveis de progressão). Puxar luta de reestruturação sem base mobilizada dará munição para Governo fazer a reestruturação de carreiras que eles querem, ou seja, com prejuízo para os servidores.

– Balanço da luta da reestruturação: em 2014 e 2018 a mesma tática de apoio parlamentar foi usada e no final o resultado foi... veto. Para encampar uma luta desta envergadura é necessário mobilização efetiva na base, o que infelizmente não aconteceu. Muitos dos que se mobilizaram para a reestruturação de carreiras, sequer vão em outras assembleias quando a questão é discutir condições de trabalho ou outras pautas. CNASI-AN precisa politizar mais o debate em torno dessa pauta. Necessidade dos servidores encararem a realidade e aprender com os erros. Gestão do INCRA, na pessoa de Leonardo Góes, se beneficiou como “parceira”, apaziguou os ânimos e...nada. Não podemos mais repetir o mesmo erro. Houve também avaliação de que a tática foi a possível naquele momento de desmobilização e que a demanda foi trazida por algumas associações de servidores.

– Prioridade zero: luta para barrar a **Reforma da Previdência**. Necessidade de atividades nos locais de trabalho, vídeos informativos para trazer os colegas para a luta, pois se passar a Reforma da Previdência, até mesmo a reestruturação de carreiras perderá sentido para quem ainda conseguir se aposentar.

– Articulação com os colegas e entidades das demais carreiras (sobretudo FUNAI, IBAMA e ICMBio) para luta conjunta contra os ataques.



- Recuperar pautas históricas, principalmente em face das condições de trabalho mínimas.

ENCAMINHAMENTOS

- Lançar campanha no INCRA contra a Reforma da Previdência (material já está sendo diagramado para impressão e distribuição em TODAS AS SRs E UNIDADES AVANÇADAS e divulgação nas redes sociais). Vídeos específicos sobre o tema para as redes sociais.

- Articular as lutas em conjunto com os trabalhadores terceirizados, principalmente a luta contra a Reforma da Previdência (recomendação a todos estados fazerem atividades sobre o tema e os impactos para os que já estão aposentados).

- Orientação para participação da base da CNASI-AN em todos os atos unificados/dias nacionais de luta contra a reforma da previdência.

- Focar também na luta pelas condições de trabalho e de combate ao Assédio Moral e Sexual.

- Finalizar a cartilha que já está em elaboração sobre Assédio Sexual (Associações e estados devem entrar em contato com a CNASI-AN e informar a quantidade que necessitam).

- Continuidade da articulação com os colegas da FUNAI, IBAMA e ICMBio. Lançar material conjunto sobre a Reforma da Previdência e nota de apoio a luta “FUNAI inteira, não pela metade” e contra a MP 870.

- Ampliação da campanha de filiação individual à CNASI-AN e criação de Seções Associativas, principalmente nos estados em que associações estão inativas ou desarticuladas. Associações e servidores que tiverem interesse, entrar em contato com a CNASI-AN para informações sobre edital, modelo de regimento, eleição da coordenação de base, etc.

- CNASI-AN e entidades representativas dos demais órgãos articular/apoiar audiência pública sobre políticas fundiárias.

- CNASI-AN articular pedido administrativo ao INCRA sobre a revisão das progressões funcionais e reposicionamento na carreira, em face das ações judiciais que em alguns estados (a exemplo de Santa Catarina e Paraná) já foram ingressadas, inclusive com sentenças já favoráveis.

- Casar a luta de reestruturação de carreiras com luta pela reestruturação com fortalecimento do INCRA e das políticas públicas que atendem aos trabalhadores do campo;

- Protocolar ofício na Presidência do INCRA com a pauta da CNASI-AN, historicamente acumulada, sobre fortalecimento do INCRA. CNASI-AN não pedirá para compor o GT de Reestruturação (na verdade diminuição e enxugamento) do INCRA. Não posar para fotos com gestores do INCRA pra não confundir e nem iludir a base;

- Denunciar ao MPF a implantação de portarias ou outros documentos do INCRA que tratam da burocratização do atendimento ao público beneficiário, que eventualmente esteja acontecendo nas superintendências regionais;



- Fomentar, na medida do possível, debates ampliados da Diretoria da CNASI-AN de forma virtual;
- Acumular material e análise sobre ponto eletrônico, banco de horas, trabalho em sobreaviso e teletrabalho para informação à base dos servidores.

A diretriz encaminhada na Assembleia Nacional da CNASI-AN é orientar aos servidores e associações, em todas as superintendências regionais, para a divulgação deste relato em assembleias e reuniões regionais.

MARCELA DO AMARAL PATARO MACHADO
Presidente da Assembleia Nacional da CNASI-AN

RONALDO SOUSA COLELHO
Secretário da Assembleia Nacional da CNASI-AN